Pregão/Concorrência Eletrônica

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL – UASG 980447

REF.: PREGÃO ELETRONICO Nº 86/2023

Flávio Henrique Ferreira Silva MEI , analista sênior em licitação, CNPJ Nº 52.521.238/0001-66, endereço eletrônico servicosh22@gmail.com , com escritório à Rua Roberto Camilier nº 558 , aqui qualificada como RECORRENTE legítima participante do Certame Licitatório acima referenciado, por seu representante legal, vem, tempestivamente, à presença de V. Sa., contra a decisão que classificou a empresa S. MONTEIRO PAPELARIA LTDA. CNPJ: 09.186.564/0001-35. nos autos do Pregão Eletrônico em epígrafe, pelos fatos e fundamentos expostos a seguir, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

TEMPESTIVIDADE

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a intimação para da Decisão Administrativa ora atacada se deu aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro de 2023. Sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de 03 (três) dias úteis, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em data de 19 de dezembro do ano em curso, razão pela qual deve essa Douta Comissão Especial de Licitação conhecer e julgar a presente medida.

CNPJ Nº 52.521.238/0001-66 – Insc Est : 15.921.165

End: Rua Roberto Camilier , 558 – Belem/PA CEP 66033-420

2

"Na arena pública, o Agente de Contratação não é o guardião do interesse coletivo, mas sim um fiel executor da justiça, obrigado a navegar pelas águas da legalidade, distante das margens da vontade pessoal e das práticas proibidas, ancorando-se firmemente nas fontes do direito, sob o olhar vigilante da lei e da jurisprudência do

TCU." PREVALÊNCIA DA LEI SOBRE O EDITAL

2. DOS FUNDAMENTOS :

2.1 DEVER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO :

Primeiramente, cumpre à parte recorrente ressaltar acerca do dever de autotutela atribuído à Administração Pública. Seguindo o dever de autotutela, a Administração tem o poder-dever de controlar seus próprios atos, revendo-os e anulando-os quando houverem sido praticados com alguma ilegalidade.

É nesta perspectiva que foram sumulados pelo Supremo Tribunal Federal os seguintes entendimentos:

Súmula 346: A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial

Tais súmulas foram firmadas na Tese de Repercussão Geral que prevê que:

Ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo. [Tese definida no RE 594.296, rel. min.

Dias Toffoli, P, j. 21-9-2011, DJE 30 de 13-2-2012, Tema 138.]

De igual modo, a jurisprudência da Suprema Corte dispõe:

CNPJ Nº 52.521.238/0001-66 – Insc Est : 15.921.165

End: Rua Roberto Camilier , 558 – Belem/PA CEP 66033-420

3

"Na arena pública, o Agente de Contratação não é o guardião do interesse coletivo, mas sim um fiel executor da justiça, obrigado a navegar pelas águas da legalidade, distante das margens da vontade pessoal e das práticas proibidas, ancorando-se firmemente nas fontes do direito, sob o olhar vigilante da lei e da jurisprudência do

TCU." PREVALÊNCIA DA LEI SOBRE O EDITAL

No caso dos autos, conforme destacado no acórdão atacado, é incontroverso que o impetrante foi convocado e nomeado após expirado o prazo de validade do concurso público. Desse modo, como preconiza a própria Constituição Federal, a não observância de concurso público e seu respectivo prazo de validade para a investidura em cargo ou emprego público torna o ato nulo. (...) É pacífico, nesta Suprema Corte, que, diante de suspeitas de ilegalidade, a Administração Pública há de exercer seu poder-dever de anular seus próprios atos, sem que isso importe em desrespeito ao princípio da segurança jurídica ou da confiança. (...) Não subsiste o direito alegado pelo recorrido, visto ser impossível atribuir-se legitimidade a qualquer convocação para investidura em cargo público não comissionado realizada depois de expirado o prazo de validade do certame após a promulgação da Constituição Federal de 1988, sob pena de se transpor a ordem constitucional e de se caminhar de encontro aos ditames preconizados pelo Estado Democrático de Direito. Entendo, por conseguinte, não ser possível invocar os princípios da confiança e da boa-fé para amparar a presente demanda, uma vez que a matéria em questão está inserida na ordem constitucional, a todos imposta de forma equânime. [ARE 899.816 AgR, rel. min. Dias Toffoli, 2ª T, j. 7-3-2017, DJE 57 de 24-3-2017.]

É cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório deriva do princípio

da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Este princípio impõe à Administração e ao licitante a OBRIGAÇÃO de obedecer às normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade. Dessa maneira, este princípio vincula tanto a Administração quanto os interessados, desde que, como salientado, as regras editalícias estejam em conformidade com a lei e a Constituição.

Conforme o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da

CNPJ Nº 52.521.238/0001-66 – Insc Est : 15.921.165

End: Rua Roberto Camilier , 558 – Belem/PA CEP 66033-420

4

"Na arena pública, o Agente de Contratação não é o guardião do interesse coletivo, mas sim um fiel executor da justiça, obrigado a navegar pelas águas da legalidade, distante das margens da vontade pessoal e das práticas proibidas, ancorando-se firmemente nas fontes do direito, sob o olhar vigilante da lei e da jurisprudência do

TCU." PREVALÊNCIA DA LEI SOBRE O EDITAL

eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de

Introdução às Normas do Direito Brasileiro

2.2 A DA QUALIDADE DO MATERIAL E AMOSTRA

Os tubos de concreto são amplamente utilizados na construção civil, em redes de esgoto, drenagem, entre outras aplicações. Porém, para executar todas essas ações ao longo de muitos anos, os ensaios de controle de qualidade realizados nesses tubos são fundamentais para garantir a durabilidade e a segurança das obras.

Um dos principais ensaios utilizados para controlar a qualidade dos tubos de concreto é o de Resistência à compressão diametral (fissura e ruptura), normatizado pela ABNT NBR 8890 (2020), definidos procedimentos a serem seguidos.

O teste de resistência é uma técnica confiável e precisa, que permite identificar possíveis falhas no processo de fabricação e classificação dos tubos de acordo com sua resistência. O ensaio, resumidamente, consiste em submeter amostras de lotes de tubos a cargas progressivas até que ocorra a ruptura.

As mínimas variações podem interferir diretamente na qualidade do material, afetando em diversos níveis a eficiência de um projeto.

CNPJ Nº 52.521.238/0001-66 – Insc Est : 15.921.165

End: Rua Roberto Camilier , 558 – Belem/PA CEP 66033-420

5

"Na arena pública, o Agente de Contratação não é o guardião do interesse coletivo, mas sim um fiel executor da justiça, obrigado a navegar pelas águas da legalidade, distante das margens da vontade pessoal e das práticas proibidas, ancorando-se firmemente nas fontes do direito, sob o olhar vigilante da lei e da jurisprudência do

TCU." PREVALÊNCIA DA LEI SOBRE O EDITAL

Segundo a ABNT, para os tubos sem armação, a tabela a seguir de compressão deve ser seguida.

Fonte : ABNT

CNPJ Nº 52.521.238/0001-66 – Insc Est : 15.921.165

End: Rua Roberto Camilier , 558 – Belem/PA CEP 66033-420

6

"Na arena pública, o Agente de Contratação não é o guardião do interesse coletivo, mas sim um fiel executor da justiça, obrigado a navegar pelas águas da legalidade, distante das margens da vontade pessoal e das práticas proibidas, ancorando-se firmemente nas fontes do direito, sob o olhar vigilante da lei e da jurisprudência do

TCU." PREVALÊNCIA DA LEI SOBRE O EDITAL

De acordo com a norma ABNT NBR 8890 (2020), os ensaios de resistência são realizados para garantir que o concreto atenda aos requisitos mínimos de resistência estrutural exigidos pelas normas técnicas.

Os ensaios de carga e resistência do concreto têm como objetivo principal verificar se a mistura de concreto utilizada na construção possui a resistência mínima necessária para suportar as cargas e solicitações a que será submetida ao longo de sua vida útil.

Essas avaliações são essenciais para garantir a segurança das estruturas e evitar possíveis falhas ou colapsos.

Conforme previsto na cláusula 10 do edital, seria oportuno uma diligência e um pedido de amostra da área técnica para uma avaliação melhor do produto ofertado pela licitante

Edital da Licitação:

10.5 Será considerada aprovada a AMOSTRA que atender as especificações citados no Anexo I, sendo que a recusa do produto ofertado será efetivada através de relatório técnico que integrará o processo administrativo

2.3 – Da necessidade de observância do princípio vinculação ao edital

Ab initio, cumpre frisar a necessidade de observância do princípio da vinculação ao edital, que deve reger qualquer processo licitatório.

CNPJ Nº 52.521.238/0001-66 – Insc Est : 15.921.165

End: Rua Roberto Camilier , 558 – Belem/PA CEP 66033-420

7

"Na arena pública, o Agente de Contratação não é o guardião do interesse coletivo, mas sim um fiel executor da

justiça, obrigado a navegar pelas águas da legalidade, distante das margens da vontade pessoal e das práticas proibidas, ancorando-se firmemente nas fontes do direito, sob o olhar vigilante da lei e da jurisprudência do

TCU." PREVALÊNCIA DA LEI SOBRE O EDITAL

Sabe-se que o edital é a lei interna do procedimento licitatório, não pode ser descumprido pela Administração e deve ser observado por todos os licitantes para que concorram em igualdade de condições. As regras do edital convocatório devem ser atendidas pelos licitantes para que possam ser considerados habilitados.

Na lição de Marçal Justen Filho (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª ed., p. 64), "a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei."

A transgressão do edital marca a também violação de princípios aplicáveis à relação entre Administração e administrado. Ensina Jesús González Pérez que a aplicação da confiança legítima possui os seguintes requisitos:

(a) ato da Administração conclusivo o suficiente para provocar no afetado um dos seguintes tipos de confiança:

(a.1) de que a Administração atua corretamente,

(a.2) de que é lícita a conduta que mantém com a Administração, ou

(a.3) de que suas expectativas como interessado são razoáveis;

(b) que a Administração, mediante sinais externos ainda que não juridicamente vinculantes, oriente o administrado a uma conduta;

(c) ato da Administração que constitua ou reconheça uma situação jurídica em cuja perdurabilidade seja possível confiar;

(d) causa idônea para provocar a confiança do administrado, o que não poderá ocorrer em casos de mera negligência, ignorância ou tolerância;

(e) que o administrado cumpra com os deveres e obrigações que lhe incumbem no caso.

CNPJ Nº 52.521.238/0001-66 – Insc Est : 15.921.165

End: Rua Roberto Camilier , 558 – Belem/PA CEP 66033-420

8

"Na arena pública, o Agente de Contratação não é o guardião do interesse coletivo, mas sim um fiel executor da justiça, obrigado a navegar pelas águas da legalidade, distante das margens da vontade pessoal e das práticas proibidas, ancorando-se firmemente nas fontes do direito, sob o olhar vigilante da lei e da jurisprudência do

TCU." PREVALÊNCIA DA LEI SOBRE O EDITAL

Do exposto, vê-se que o edital atende a tais pressupostos. Por meio dele a Administração comunica ao público-alvo o interesse em licitar, divulgando as condições para ingresso, permanência e vitória na competição. Daí o porquê de a ofensa à vinculação ao edital implicar também ofensa à proteção da confiança legítima.

Indiscutível, portanto, que o edital vincula tanto a Administração Pública quanto os participantes. Assim, princípio da vinculação ao edital orienta 'que a Administração e os licitantes ficam sempre subordinados aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Portanto, resta consagrado que o Edital Licitatório é lei interna da licitação. Nesse sentido, 'o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666'.

3. Por sua vez, a igualdade, princípio primordial do procedimento licitatório, veda a discriminação entre os participantes, sem que, contudo, impeça que a Administração 'estabeleça requisitos mínimos de participação, desde que necessários à garantia da execução do contrato, à segurança e perfeição da obra ou do serviço, à regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público, em conformidade com o previsto nos arts. 27 e 33 da Lei 8.666, de 1993'.

4. Leciona ainda, Hely Lopes Meirelles, que 'Essa é a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre perseguição ou favoritismo administrativo, desigualando os proponentes por critérios subjetivos de predileção ou repúdio pessoal do administrador, mas sem nenhum motivo de interesse público e sem qualquer vantagem técnica ou econômica para a Administração'.

CNPJ Nº 52.521.238/0001-66 – Insc Est : 15.921.165

End: Rua Roberto Camilier , 558 – Belem/PA CEP 66033-420

9

"Na arena pública, o Agente de Contratação não é o guardião do interesse coletivo, mas sim um fiel executor da justiça, obrigado a navegar pelas águas da legalidade, distante das margens da vontade pessoal e das práticas proibidas, ancorando-se firmemente nas fontes do direito, sob o olhar vigilante da lei e da jurisprudência do

TCU." PREVALÊNCIA DA LEI SOBRE O EDITAL

Desta feita, mostra-se imprescindível para a validade do procedimento licitatório, a observância dos princípios norteadores da Administração Pública, e mais, ainda os princípios que norteiam o processo licitatório.

3. DO PEDIDO

Todos os empresários, ao participarem de licitações promovidas pelos entes

da Administração Pública, firmam termo de que conhecem as disposições contidas nos editais que participam. Sabem, por consequência, que declarar que possuem condições de participação sem tê-las, pode acarretarem sanção. Considerando o exposto, solicito respeitosamente a Vossa Senhoria que analise minuciosamente todas as considerações apresentadas acima. Com a devida vênia, peço que RECONSIDERE a decisão, avaliando a empresa em questão como INABILITADA neste certame, pelos seguintes motivos:

1. A procedência do recurso e o deferimento
2. A aplicação de esforços adequados para esclarecer eventuais incertezas relacionadas ao produto mediante a requisição de uma amostra, conforme estipulado na cláusula editalícia.

Nesses Termos, pede deferimento
Belém/PA, 18 de dezembro de 2023

Flávio Henrique F Silva
Analista Sênior de Licitação
@lhservicosassessoria

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

CONTRARRAZÃO :A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
CONTRA RAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO
SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2023
SRA., Célia do Socorro da Silva Andrade
Pregoeira/PMC

DO OBJETO: A presente licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO E BLOCOS VAZADOS, DESTINADO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, PLANEJAMENTO E SUBPREFEITURAS DO APEÚ E JADERLÂNDIA, DESTE MUNICÍPIO DE CASTANHAL/PA POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES,

S. MONTEIRO PAPELARIA LTDA CNPJ: estabelecida na Al. Caiçara, nº 47 inscrita no CNPJ: 09.186.564/0001-35, devidamente habilitada no processo licitatório 672023 (SRP) promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL, por sua representante legal infra assinado, apresentar AS CONTRA RAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTANDO PELA EMPRESA:

Flávio Henrique Ferreira Silva MEI , analista sênior em licitação, CNPJ Nº 52.521.238/0001-66, endereço eletrônico servicosh22@gmail.com , com escritório à Rua Roberto Camilier nº 558, vem até Vossa Senhoria, para, tempestivamente, interpor estas:

CONTRA RAZÕES,
I – DOS FATOS

2 - A RECORRIDA é uma empresa séria e, como tal, preparou sua proposta e Habilitação totalmente de acordo com o edital, apresentando seu melhor preço, que foi prontamente aceito por essa Administração.

3 - Entretanto, a RECORRENTE, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresentou um recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente formalista e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.

4 - Conforme à manifestação da empresa, Flávio Henrique Ferreira Silva MEI , analista sênior em licitação, CNPJ Nº52.521.238/0001-66, A recorrente destacou na sua intenção de recurso: "A PREFEITURA M DE CASTANHAL RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRONICO 086/2023

5 - E ainda a recorrente citou em seu recurso alguns pontos que iremos destacar: empresa Flávio Henrique Ferreira Silva MEI, analista sênior em licitação, CNPJ Nº 52.521.238/0001-66 entende que as recorridas possuem vícios ante os diversos erros e incongruências quanto ao Edital, bem como o não cumprimento da legislação vigente, em detrimento dos princípios basilares da Lei Geral de Licitação, portanto, indo de encontro até mesmo às decisões da Comissão de licitação. Sobressai o entendimento da recorrente quanto a vinculação das obrigações dos participantes em relação aos itens do Edital e do Termo de Referência, portanto, todos os participantes do certame devem obedecer às regras e requisitos para contratação pela Administração Pública. Assim destacamos os itens 2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO e 6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do Edital:

II – DA JUSTIFICATIVA

6.3. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará as seguintes DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO do licitante, observado o disposto neste Edital:

6.3.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.3.1.1. SICAF;

6.3.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União abrange o cadastro no CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP do Portal da Transparência (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

6.3.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário:

a) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

b) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

c) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

III- DOS FATOS

2.2 A DA QUALIDADE DO MATERIAL E AMOSTRA

Os tubos de concreto são amplamente utilizados na construção civil, em redes de esgoto, drenagem, entre outras aplicações. Porém, para executar todas essas ações ao longo de muitos anos, os ensaios de controle de qualidade realizados nesses tubos são fundamentais para garantir a durabilidade e a segurança das obras.

Um dos principais ensaios utilizados para controlar a qualidade dos tubos de

concreto é o de Resistência à compressão diametral (fissura e ruptura), normatizado pela ABNT NBR 8890 (2020), definidos procedimentos a serem seguidos.

O teste de resistência é uma técnica confiável e precisa, que permite identificar possíveis falhas no processo de fabricação e classificação dos tubos de acordo com sua resistência. O ensaio, resumidamente, consiste em submeter amostras de lotes de tubos a cargas progressivas até que ocorra a ruptura.

As mínimas variações podem interferir diretamente na qualidade do material, afetando em diversos níveis a eficiência de um projeto.

IV-JUSTIFICATIVA

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento em quantidades e características similares ao objeto desta licitação.

8. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas no Edital, pelo critério do MENOR PREÇO POR ITEM, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.

V - DO PEDIDO

Diante ao exposto, atendemos os requisitos exigidos no processo licitatório referente aos subitens 2.1.1 "Desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão", 2.1.2. "Atendam às exigências constantes neste Edital e seus Anexos, em especial quanto à documentação requerida para sua habilitação", "Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento em quantidades e características similares ao objeto desta licitação", comprovando que a nossa empresa é habilitada e está de acordo com referido edital citado.

VI - DO DIRETO

- Os processos licitatórios devem obedecer estritamente à ordem cronológica de suas exigibilidades, conforme preceitua:

procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às disposições da Lei Federal nº 10.520/02, Decretos Federais nº 10.024/19, nº 7.892/13 e nº 8.538/15, Instruções Normativas nº 073/2020 e nº 03/2018-SLTI/MPOG e suas alterações, e extensivamente às disposições da Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, aplicando-se, ao processo licitatório em epígrafe, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93.

ATENCIOSAMENTE,

CASTANHAL(PA) 22 DE DEZEMBRO DE 2023

S. MONTEIRO PAPELARIA – LTDA CNPJ: 09.186.564/0001-35
SOLANGE DO SOCORRO DA SILVA MONTEIRO
CPF: 331.430.052-20 RG 2278365
PROPRIETÁRIA

Fechar